

Conferência Popular Estadual pelo Direito à Cidade Rio de Janeiro

Proposta Aprovada
MAIO 2022



Uma Nova Realidade, Novas Lutas e Novos Sujeitos Coletivos

1

O golpe parlamentar-judicial que interrompeu o ciclo de governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores encerrou um período de mais de 3 décadas, cujo marco inicial foi o despertar das lutas operárias e populares do final dos anos 1970. A derrota das “Diretas Já” e o desenlace da “transição lenta, gradual e segura” frustraram as esperanças dos movimentos sociais dos anos 1980, que visavam uma democratização radical da sociedade brasileira. Permaneceram intactas muitas das heranças de uma sociedade capitalista periférica e dependente, historicamente dominada pela escravidão, latifúndio e colonialismo/imperialismo. Também ficou intocado o entulho autoritário da ditadura militar, como a Lei de Segurança Nacional, a militarização das polícias estaduais, a inimizabilidade de crimes contra a humanidade, a legislação agrária, entre outras.

Não é menos verdade, porém, que a Constituição de 1988 expressou, mesmo se de forma ambígua, um pacto em que eram reconhecidos e homologados uma série de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

2

As lutas, movimentos urbanos e suas organizações locais e nacionais desempenharam papel relevante ao longo da transição democrática, no processo constituinte e nos anos que se seguiram. Sob a bandeira da Reforma Urbana, foi possível ocupar espaços na agenda política, alinhando propostas e reivindicações em torno à descentralização e fortalecimento do poder local, participação da sociedade civil e democratização na definição dos rumos das políticas e intervenções urbanas, direito à moradia, urbanização de favelas e bairros populares informais, demarcação das terras indígenas, direito ao saneamento e demais serviços urbanos, função social da propriedade e combate à especulação imobiliária.

Muitos e não desprezíveis foram os avanços legais-institucionais alcançados. Sobretudo a partir de 2002, num contexto de crescimento econômico, políticas federais ligadas ao combate à fome, ao acesso à educação, à saúde, à água e à energia, reajustes do salário mínimo e políticas de transferência de renda contribuíram para reduzir a histórica desigualdade social. As conquistas no terreno urbanístico legal-institucional também foram expressivas, entre outras: acesso à terra e usucapião urbano, Estatuto das Cidades, leis várias sobre Consórcios Públicos, Fundo de

Habitação de Interesse Social, Regularização Fundiária, Saneamento Básico, Mobilidade Urbana, Resíduos Sólidos, Estatuto da Metrópole. Também da maior importância foram os avanços democráticos, com orçamentos participativos, criação do Ministério das Cidades e de seu Conselho Nacional, Conferências Municipais, Estaduais e Federal.

A simples listagem destas inegáveis conquistas poderia sugerir que se concretizaram os anseios nascidos quando a transição democrática ensaiava seus primeiros passos. Sabe-se, porém, que não foi isso que ocorreu.

3

Em junho e julho de 2013, cerca de 10 milhões de pessoas foram às ruas em mais de 500 cidades brasileiras. E diferentemente do que aconteceu em outros grandes momentos da nossa história (“O Petróleo é Nosso”, “1968”, “Diretas Já”, “Fora Collor”), as cidades não foram apenas o palco das manifestações, mas constituíram o objeto e alvo dos protestos. Cidadãos e cidadãs foram às ruas para falar de cidades, para dar vazão à inconformidade com a precariedade e custo do transporte público, com os serviços públicos de péssima qualidade, com a insuficiência de programas de

habitação popular, com o desperdício de enormes investimentos públicos em estádios e obras suntuárias, com as remoções forçadas e expulsão para periferias distantes de populações faveladas feitas a pretexto da realização da Copa e das Olimpíadas.

Transformadas em negócio pelo empresariamento neoliberal, após 3 décadas da transição democrática, e apesar de várias conquistas, nossas cidades se haviam tornado mais desiguais, mais segregadas, mais violentas. As grandes operações urbanas (grandes condomínios, shoppings, áreas portuárias, etc), as parcerias público-privadas, a financeirização em marcha acelerada desfaziam na realidade concreta vitórias duramente conquistadas e presentes em vários instrumentos legais-institucionais.

4

Assistimos orçamentos participativos, conselhos de vários tipos e diferentes modos de participação perderem aos poucos sua vitalidade e relevância. Nas mais diferentes cidades, prefeitos de diferentes partidos e matizes adotaram o planejamento empresarial competitivo (planejamento estratégico), enquanto privatizações de serviços públicos e grandes operações urbanas eram financiadas por bancos estatais. Até

mesmo as remoções forçadas de favelas e bairros populares, que nos anos 1990 pareciam definitivamente abandonadas e substituídas pela “urbanização”, retornam com força ao repertório de governos em escala federal, estadual e municipal.

5

À medida que avançavam os projetos e forças neoliberais, as vitórias inscritas na Constituição foram sendo corroídas por nada menos de 111 emendas, anunciando a crescente fragilidade do pacto que lhe dera origem. O pacto foi rompido com o golpe de estado parlamentar de 2016, evidenciando uma vez mais o que o povo brasileiro aprende e reaprende desde sempre: as elites e classes dominantes brasileiras têm muito mais medo do povo que amor à democracia.

Se o impedimento de Dilma Rousseff (PT) foi o primeiro resultado do golpe de 2016, ele teve continuidade e se desdobrou no golpe judicial de 2019-2020, que determinou o impedimento da participação de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no processo eleitoral. Com Bolsonaro, chegava ao poder, com grande apoio da mídia corporativa, uma coalizão reunindo segmentos radicais de extrema-direita e setores militares desde sempre

inconformados com o lugar secundário (embora incólume) que a transição democrática lhes havia reservado, tudo sob a bênção nada desinteressada do grande capital nacional e estrangeiro, sob a hegemonia do capital financeiro, tendo como porta-voz e representante Paulo Guedes.

6

O novo período que se abriu tem tido como marca o brutal ataque a conquistas sociais e a pilhagem desavergonhada do patrimônio público – privatização de empresas estatais, destruição do patrimônio ambiental do povo, apropriação clientelística dos recursos orçamentários. Ao mesmo tempo, assiste-se à promoção de diferentes formas de intolerância e de violência, em um contexto de crescimento das milícias e de grupos de extrema direita.

7

Ao lado da profunda crise econômica em que foi lançado o país pelas irresponsáveis e antipopulares políticas ortodoxas neoliberais, a pandemia da Covid-19 veio agravar e lançar luz sobre as dramáticas condições de vida em nossas cidades. Dezenas de milhões de desempregados, subempregados,

precarizados enfrentam a miséria, a fome e as várias formas de violência que se abatem sobre o conjunto dos povos originários e das classes trabalhadoras, atingindo mais profundamente, nas cidades e nos campos, mulheres, populações indígenas e negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiências.

Durante a pandemia, no entanto, também tivemos o nascimento, renascimento ou fortalecimento de redes de solidariedade, de movimentos coletivos contra as violências, a “Campanha Despejo Zero”, as manifestações de trabalhadores de aplicativos, a multiplicação de grupos e coletivos de arte e cultura popular, mostrando a enorme vitalidade e criatividade de novas formas de organização e luta, novos sujeitos coletivos, novas linguagens. São jovens indígenas, negros e negras que se organizam para resistir ao racismo e ao genocídio, coletivos de mulheres que tecem as solidariedades e resistem ao feminicídio, indígenas e quilombolas que lutam pelo reconhecimento de seus territórios, grupos culturais e artísticos, agroecologistas urbanos, muitos e muitas que cada vez mais se reconhecem na luta pelo Direito à Cidade e vêm fortalecê-la.

Tudo isso permite afirmar que o atual período também é feito de luta e organização na base social, e não

apenas de derrotas, violência, ataques às conquistas e desafios à democracia.

8

A luta urbana ainda e sempre é a luta pela moradia digna, pela urbanização de favelas e periferias, pelo saneamento básico, pela saúde e educação, pelo acesso a uma cultura que não seja mercadoria. Mas ela se amplia para incorporar a luta pela cidade como bem público, bem comum, como lugar de combate ao racismo, ao machismo e ao patriarcalismo, à LGBTQIA+fobia e a todas as formas de discriminação, pelo direito ao trabalho, ao lazer e à cultura, pela preservação do meio ambiente. Se a cidade é uma síntese das contradições e das injustiças de nosso capitalismo periférico e dependente, ela é também lugar de expressão e manifestação da diversidade, o que significa que as lutas urbanas podem e devem favorecer uma dinâmica da articulação e unidade das lutas populares.

9

A Conferência Popular pelo Direito à Cidade é resultado deste novo momento das lutas urbanas. A adesão de mais de 700 movimentos, entidades, coletivos, grupos de direitos humanos e acadêmicos é prova de que algo novo está nascendo. Foram mais de 230

eventos em todo o país. No Estado do Rio de Janeiro foram 60 eventos, debatendo propostas voltadas para as demandas indígenas, moradia popular, saúde e saneamento, luta contra opressões de gênero e LGBTQIA+fobia, meio ambiente, mobilidade, favelas e periferias, acesso a práticas integrativas e inclusivas em parques e praças, espiritualidades e cultura de paz, luta antirracista e contra o capacitismo, acesso a equipamentos culturais, dinamização de atividades artísticas e esportivas, cidadania das pessoas idosas e da população em situação de rua, acessibilidade, fortalecimento de núcleos de atenção à saúde mental, integração de escolas com pontos de cultura, apoio a animadores culturais e à formação de educadores populares. Nosso processo preparatório provou que é possível fazer convergir anseios, esperanças e lutas pelo Direito à Cidade – entendido como o direito de construir uma nova cidade, uma nova sociedade, com novas formas de relações sociais e de relações com a natureza.

Ao longo destes últimos meses trilhamos um caminho promissor, que mostra sermos capazes de resgatar, colocar em diálogo e refletir criticamente sobre a riqueza das experiências acumuladas, reafirmando mais que nunca a primazia da luta e organização que tece solidariedades e deflagra ações coletivas no tecido social.

10

Esta Conferência constitui a afirmação de nossa capacidade de reconhecer as diferenças entre os muitos movimentos e lutas urbanas, e, ao mesmo tempo, de buscar promover a convergência desta enorme e diferenciada potência presente em nossas cidades. Ela reafirma a autonomia de cada movimento e do conjunto das lutas e movimentos urbanos frente ao aparelho estatal. Ela consolida o compromisso de construir nossa unidade na diversidade e a certeza de que as lutas urbanas são parte essencial da luta de nosso povo para enfrentar os desafios atuais e construir a sociedade e a cidade de amanhã - justas, igualitárias, ambientalmente responsáveis.

Valores, Princípios e Objetivos Gerais das Lutas pelo Direito à Cidade

- Função social da cidade e da propriedade;
- Acesso à Terra Urbanizada por parte de Povos Tradicionais e de grupos sociais historicamente minorizados e vulnerabilizados;
- Direito à moradia digna e segurança de permanência nos territórios, com fomento a políticas de habitação baseadas nas condições reais e autonomia dos moradores;
- Direito à saúde, com fomento à democratização da saúde e fortalecimento do SUS pelo poder público;
- Direito ao saneamento e meio ambiente equilibrado e saudável, e combate ao racismo ambiental;
- Justiça climática;
- Direito à mobilidade, prioridade ao transporte público de qualidade e a preços acessíveis;
- Combate ao racismo e discriminações de gênero, com o reconhecimento e valorização da diversidade;
- Direito de acesso a espaços e recursos urbanos por crianças, jovens, mulheres, idoso(a)s e pessoas com deficiências;
- Direito de povos indígenas e quilombolas ao reconhecimento de seus territórios, inclusive nas cidades;
- Direito à floresta, à cultura, à medicina originária, à espiritualidade e à língua originárias para cada povo indígena, nas aldeias, cidades e nas escolas, em todos os níveis de educação formal e não formal;
- Direito ao trabalho, a justa remuneração e respeito integral aos direitos históricos dos trabalhadores;
- Formação e acesso ao mercado de trabalho e garantia de direitos trabalhistas para as pessoas LGBTQIA+;
- Respeito e preservação dos lugares de cultos religiosos, respeito à diversidade religiosa e à laicidade do Estado e da esfera pública;
- Preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) e promoção das criações e manifestações artísticas e culturais populares;
- Livre acesso aos espaços públicos e comuns, com respeito aos direitos de pessoas em situação de rua e de todos(as) os(as) que trabalham nas ruas;
- Preservação do meio ambiente urbano, promoção de ações voltadas à economia de energia, preservação das águas como bem comum e estímulo à agroecologia urbana;
- Democracia urbana com resgate e fortalecimento de todos os instrumentos de controle e participação sociais nos processos de definição de políticas, programas e projetos e intervenções urbanas;
- Respeito e promoção da autonomia dos movimentos e organizações populares frente ao Estado, aos partidos e a instituições religiosas;
- Prioridade da luta e organização pela base;
- Promoção das redes de solidariedade e apoio mútuo, economia solidária e cooperativas populares – de consumo e produção;
- Engajamento das universidades públicas no apoio e assessoria técnica a movimentos populares;
- Transformação radical da sociedade capitalista e construção de uma nova sociedade livre, justa, democrática, ambientalmente sustentável.

Conferência Popular Estadual pelo Direito à Cidade Rio de Janeiro

Principais Propostas Elaboradas por Eventos Preparatórios

A seguir apresentamos as principais propostas elaboradas nos eventos preparatórios realizados no Rio de Janeiro para o evento nacional da **Conferência Popular pelo Direito à Cidade**, que ocorreu entre os dias 3 e 5 de junho de 2022, na cidade de São Paulo.

Muitas outras propostas, mais detalhadas, e aquelas de caráter mais comunitário, local, municipal ou estadual encontram-se nos relatórios dos eventos encaminhados à organização nacional.

Evento: Plenária Indígena Terra, Floresta e Respeito (Propostas de indígenas feitas por indígenas)

- Mapear e requerer o uso de profissionais indígenas em áreas de conhecimento e prática relacionadas aos saberes e culturas indígenas, como manejo ambiental, artes, medicina, seja na pesquisa, educação ou práticas de trabalho;
- Mapeamento e reconhecimento de terras de uso e de interesse (histórico, arqueológico, ecológico, comunitário, etc) indígenas e de povos tradicionais nas cidades;
- Políticas públicas que incentivem e valorizem a cultura indígena;
- Leis de incentivo à produção artística e cultural de indígenas na cidade;
- Construir democraticamente um plano de reflorestamento e de redução de emissões de carbono e de consumo de combustíveis fósseis, com objetivos e metas anuais de realização;
- Priorizar, alocando os recursos necessários, a informação e mobilização de grupos historicamente minorizados nos processos conferenciais;
- Tombamento e destinação de

recursos para a reconstrução, manutenção, conservação e manejo indígena do território da Aldeia Maracanã;

- Arqueologia e arquitetura forense em áreas de interesse indígena e de povos tradicionais nas cidades;
- Promover a pesquisa histórica, sociológica e antropológica sobre a presença indígena nas cidades.

Evento: Encontro sobre Perspectivas das Favelas diante de seu Direito à Cidade

- Estimular um pacto federativo mais radicalizado e centrado nos desafios que se têm para as favelas;
- Criar intervenções urbanas participativas contínuas nas favelas, com metodologias próximas de sua realidade;
- Incluir na discussão das políticas públicas em favelas o tema racial e de gênero;
- Estimular a discussão da territorialização do orçamento público direcionado a favela, especialmente a nível municipal;
- Inserir nos debates do Direito à Cidade os temas climáticos específicos das favelas;

- Inserir no debate do Direito à Cidade o tema das drogas, seus desdobramentos e sua incorporação às agendas urbanísticas. Criação de centros de atendimento a pessoas dependentes de álcool e drogas;
- Estimular o debate da recuperação das tradições presentes nestes territórios através do fortalecimento de redes e encontros locais;
- Incidir junto ao sistema público de produção de dados e estatísticas para que este realize o censo e que sejam revistas as metodologias de coleta de informações sobre as favelas.

Evento: Desafios do Saneamento na Região Metropolitana após a Privatização da CEDAE

- Assegurar que a CEDAE continue tendo capacidade financeira para manter a produção de água potável e de qualidade para a população, assim como condições técnicas que evitem novas crises de abastecimento na Região Metropolitana bem como a precarização dos serviços nos municípios que não aderiram à concessão;
- Para os 10 municípios que não aderiram à privatização, sugerimos

que formem consórcios públicos por meio de uma sociedade de propósito específico (SPE), com a participação de entes da administração pública para que não haja necessidade de licitação;

- Assegurar que os 3.800 trabalhadores e trabalhadoras da CEDAE não sejam demitidos. Para tanto, defendemos a aprovação do PL 4894/2021 que garante o reaproveitamento destes em outras áreas do governo do Estado;
- Garantir que todos os municípios envolvidos na concessão participem da “Estrutura da Governança Interfederativa” que hoje conta com a participação de municípios apenas da Região Metropolitana, bem como, garantir uma cota de participação para representação da sociedade civil democraticamente eleita por esses municípios, preferencialmente de acordo com a população de cada um deles;
- Pressionar para que seja criada uma instância de participação e controle sociais da sociedade civil na AGENERSA, agência reguladora do governo do estado responsável pela fiscalização dos serviços de distribuição, coleta e tratamento de esgoto que foram concedidos aos Consórcios Aegea, Iguá Saneamento S.A. e ao Grupo Águas do Brasil;

- Realização de amplo debate na sociedade sobre critérios da tarifa mínima de água para a população de baixa renda. Garantia de um volume mínimo de água com isenção de tarifas para população de baixa renda;
- Direcionar os investimentos para áreas de favelas e periferias, bem como para municípios do interior;
- Assegurar investimentos em saneamento na zona rural, de modo a garantir a soberania alimentar na cidade e no campo e, para tanto, mobilizar a sociedade civil para articular as lutas do campo e da cidade;
- Utilizar os fóruns da rede de defesa da água e da relação entre movimentos sociais e pesquisadores para elaborar propostas de tipo de associação e modelagem de negócios que permitam que as mesmas sugiram as PMIs (Propostas de Manifestação de Interesse) e da licitação propriamente dita.

Evento: Conferência Popular pelo Direito à Cidade na Maré: uma Luta de Todos. A Maré que Queremos.

ARTE E CULTURA

- Fomento de projetos públicos, no sentido de que se tenham mais lugares de lazer dentro do território (deve-se entender que o esporte também faz parte do lazer no contexto de Arte e Cultura);
- Levar para fora a Arte e a Cultura, dizer o quanto ela é importante para que se consiga apoio externo, se pensando no fortalecimento do território também;
- Conscientizar os moradores da Maré sobre a importância da Arte e Cultura para o território;
- Pensar como que a gente traz mais oportunidades para pessoas mais jovens, entendendo que os jovens também são esse caminho de fomento para a gente falar sobre a Arte e Cultura no território.

SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTE

- Expor a proposta do PSAM e como será o plano de obras;
- Criar um abaixo assinado para cobrar a obra da Maré;
- Articular com as associações sobre essas questões de Saneamento;
- Dialogar com os catadores de lixo;
- Fortalecimento com os coletivos locais;
- Democratizar a pauta de saneamento;
- Políticas públicas contra o sucateamento de espaços de pessoas mais vulneráveis.

EDUCAÇÃO

- Envolvimento da comunidade na cobrança de qualidade na educação;
- Ampliar o quantitativo de escolas no território;
- Diálogo com a escola com o objetivo de propor plataformas mais atrativas de ensino, considerando as demandas do território;
- Conscientizar por meio de diálogos, rodas de conversas, debates e projetos escolares, com a utilização de linguagens variadas por meio da comunidade escolar.

SAÚDE

- Fiscalização e vigilância;
- Participação, conselho de saúde;
- Mobilidade;
- Educação permanente;
- Ambulatório para pessoas trans;
- Ações de promoção a saúde;
- Mais UPAs e CAPS nos territórios.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Em vez de se aplicar cada vez mais recursos em operações policiais em favelas, investir mais em direitos sociais básicos como educação, fiscalização e controle das fronteiras do país, inteligência e estrutura de investigação;
- Ampliar o debate sobre o direito à segurança pública em territórios de favela, provocando a desnaturalização do contexto de violência nesses territórios;
- Maior investimento em políticas de prevenção, em vez de repressão;
- Maior acompanhamento e controle social da aplicação do orçamento público da segurança pública, cobrando-se das autoridades a



prestação de contas de suas ações à sociedade;

- Fortalecimento de vias de controle externo da atividade policial, principalmente com participação da sociedade civil.

MOBILIDADE

- Possibilitar mobilidades diversas: vias para skate, ciclovias. Bicicletários. Estruturas para bicicletas em ônibus;
- Educação de trânsito para motociclistas;
- Infraestrutura para transportes públicos;
- Transportes públicos que integrem todas as áreas da cidade, incluindo as favelas;
- Democratizar o uso do transporte público.

ESPAÇO PÚBLICO

- Propor novas formas de uso das calçadas, favorecendo comércio e pedestres;
- Promoção de espaços culturais na Maré, com incentivo e acesso para que os moradores usem esses espaços dentro e fora da Maré;

- Publicidade nas ruas dos eventos;
- Fortalecimento dos espaços de articulação e organização social civil para políticas públicas para acesso aos espaços públicos.

Evento: A luta pela moradia e a desmercantilização da terra

- Ocupação de imóveis e patrimônio fundiário público – federal, estadual e municipal – ocioso, semi-ocioso ou vazio por habitações de interesse social;
- Combate às iniciativas em nível federal, estadual e municipal de alienação e privatização de imóveis públicos;
- Reconhecimento e legalização das ocupações de imóveis públicos e privados que não cumprem sua função social, assegurando a garantia da posse em respeito ao desejo dos ocupantes;
- Moratória das dívidas contraídas pelas famílias para aquisição de imóveis residenciais até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- Garantia da posse e de urbanização de favelas e loteamentos não legalizados;

- Uma nova política de habitação popular que enfrente, de fato, a mercantilização da terra e a lógica da propriedade privada individual;
- Repensar o papel da CEF, pois habitação de interesse social não é papel de banco;
- Unidades habitacionais populares produzidas com recursos públicos não devem ser transformadas em mercadoria.

Evento: O TTC no RJ: Segurança da Posse e Autogestão como Alternativa para a Moradia - II Seminário Nacional do Termo Territorial Coletivo

- Inserir nas políticas de habitação e regularização fundiária a dimensão da segurança da posse no pós-regularização/acesso à habitação. A segurança da posse é um dos elementos do direito à moradia adequada, e o Termo Territorial Coletivo é uma das ferramentas para assegurar esse direito;
- Estimular a inclusão do Termo Territorial Coletivo como instrumento de política urbana em Planos Diretores e legislações federais pertinentes;

- Estimular a criação de Termos Territoriais Coletivos como alternativa para a garantia da permanência e acessibilidade de moradia para populações vulnerabilizadas - em conformidade com o item 107 da Nova Agenda Urbana (Community Land Trust), da qual o Brasil é signatário;
- Promover debates sobre o Termo territorial Coletivo de alcance local, regional e federal, a fim de ampliar a compreensão sobre o modelo e as possibilidades de sua implementação no Brasil.

Evento: Mulheres, Educação Ambiental e Lutas Urbanas

- Apoio às ações de inclusão das mulheres nos espaços de controle social relacionados à Cidade.



Evento: Diálogos Inter Redes

- Ações de Educação Ambiental (pautadas nas políticas públicas estruturantes de Educação Ambiental) em todos os programas e projetos governamentais relacionados à Cidade;
- Ações relacionadas à gestão sustentável das águas em todos os programas e projetos governamentais relacionados à Cidade.

Evento: Movimento Unido dos Camelôs

- Fortalecer as lutas locais e territoriais por autorizações para trabalho nas calçadas das cidades;
- Ampliar a comunicação sobre os vários trabalhos informais que são exercidos nas ruas das cidades como entregadores de aplicativos, oferta de diversos serviços e comércio ambulante;
- Aumentar a interlocução com veículos de comunicação e criar nossa rede de comunicação;
- Buscar soluções com os governos para defender o direito ao trabalho informal nas cidades;
- Buscar construir uma legislação que

confira segurança às/aos trabalhadora(e)s informais através dos movimentos que lideram essas lutas nas cidades.

Evento: Violações Socioambientais praticadas pela Prefeitura do Rio

- Criação da CPI da liberação das licenças de construção e das licenças ambientais;
- Proposta de lei que obriga a Cidade do Rio a exigir um Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, em todo processo administrativo e licenciamento ambiental;
- Retornar para a SMAC a competência de licenciamento ambiental com urgência;
- Garantir que o licenciamento ambiental seja baseado em critérios técnicos que respeitem a manutenção dos biomas, fauna e flora, revendo a regra perversa que permite matar a floresta existente em troca de compensação com plantio de mudas.
- Pensar a cidade resiliente do século XXI a partir dos riscos conhecidos da continuidade da vida pelo aquecimento global e pela escassez

dos recursos hídricos, bióticos e atmosféricos;

- Constituição e reconstituições de conselhos consultivos e gestores de Unidades de Conservação e respectivos estudos e relatórios de impacto de vizinhança no entorno e nas próprias unidades de conservação.

Evento: Design e os Recursos Desperdiçados nas Cidades

- Apoio em formação continuada à atividade realizada pelos catadores organizados, aos pequenos empreendedores em reciclagem, reuso e redestinação de materiais, como também para a rede de desenvolvimento das hortas urbanas, seja em comunidades ou outros espaços da cidade;
- Criação de Centro de Estudos Avançados e formação de rede conectada para divulgação dos saberes sobre os materiais e caminhos possíveis da relação da sociedade com os descartes;
- Criação de um Museu do Lixo, com exposição de ciclos possíveis em termos de economia circular, diante das tecnologias em constante evolução;

- Criação de Laboratórios Experimentais em tratamento e *redesign* de resíduos sólidos, ligados a escolas públicas e privadas, para fazer pequenos projetos porém variados, como a iniciativa Plástico Precioso realizada na Comunidade Santa Marta, lamentavelmente interrompida devido à pandemia;
- Políticas públicas para repensar as relações da cidade com a produção de alimentos naturais e saudáveis.
- Leis, fiscalização e conscientização sobre descartes úmidos na Cidade;
- Remuneração e isenção de impostos das iniciativas populares por serviços públicos prestados na coleta e gestão de resíduos.



Evento: Pré-Conferência Popular LGBTQIAPNB+ pelo Direito à Cidade – Rio de Janeiro

- Formação continuada de profissionais de equipamentos públicos que atendem as populações LGBTQIA+, a partir da consultoria de profissionais pertencentes a estas comunidades;
- Ampliação da rede de Centros de Cidadania LGBTQIA+ (CCLGBT), considerando a dimensão demográfica de cada município do Estado do Rio de Janeiro, e política de contratação obrigatória de pessoas LGBTQIA+, sobretudo pessoas trans (Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Pessoas Transmasculinas, Não-Binárias), para cargos nos CCLGBT, considerando a ínfima contratação dessa população para tais dispositivos e a baixíssima adesão da população trans a tais serviços;
- Mapeamento institucional de casos de LGBTQIA+fobia nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, realizado através do Programa Rio Sem LGBTQIA+fobia;
- Produção de censo sociodemográfico da população intersexo e da população trans no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, com apoio e incentivo de secretarias municipais

para coleta de dados e pesquisas protagonizadas por pessoas trans (Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Pessoas Transmasculinas, Não-Binárias);

- Fortalecer as delegacias de combate à intolerância racial e LGBTQIA+fobia bem como postular a sua ampliação para outros territórios;
- Campanhas públicas de valorização de cuidados com a saúde e bem estar voltado à pessoa idosa LGBTQIA+, contando com abrigos públicos direcionados especificamente a esta população;
- Fortalecer e ampliar a rede de assistência social voltada ao acolhimento LGBTQIA+, a exemplo de casas de acolhimento que já existem e funcionam: CPA IV administrado pelo município, e as Alas LGBTQIA+ em abrigos administrados pelo governo do estado RJ.



Evento: Favelas e Periferias: Memórias como Instrumento de Luta pelo Direito à Moradia Digna e à Cidade

- Realizar trabalhos culturais que estimulem o reconhecimento de memórias, promovendo o reconhecimento e vínculo com a ancestralidade;
- Criar e fomentar mídias sociais/digitais para estimular os jovens a participarem das discussões políticas e a se envolverem na luta por moradia e Direito à Cidade;
- Promover oficinas de formação e eventos através da arte, da cultura e do esporte que possam atrair a participação dos moradores de favelas/comunidades nas atividades da própria comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identificação com o território onde moram;
- Apoiar trabalhadores autônomos através de “grupos de trabalho” que possam divulgar os serviços que os moradores podem oferecer (pedreiros, manicures, educadores...), estimulando a geração de renda desses trabalhadores;
- Criar um Projeto de Lei que garanta que a Museologia Social seja

reconhecida como instrumento de preservação de memória dos moradores de favelas/comunidades, impedindo o apagamento da história dos mesmos. Através deste Projeto de Lei, facilitar o processo de institucionalização dos museus comunitários para que esses possam participar de editais e tenham oportunidade de captar recursos para remunerar seus participantes; promover cursos de qualificação que atendam a comunidade e guias comunitários; e também realizar atividades culturais/museais em suas respectivas comunidades.

- Incluir a Museologia Social no Plano Diretor, a fim de reconhecer a importância deste instrumento contra o silenciamento e apagamento da história de grande parte da população periférica, e conseqüentemente fortalecer o vínculo dos moradores com os museus comunitários.

Evento: Oficina Moradia Popular no Centro

- Fortalecer a autogestão da produção da moradia a partir da valorização de experiências e saberes acumulados pelos movimentos populares, especialmente aqueles adquiridos por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades;

- Implementar políticas de provisão habitacional que contemplem o morar de forma ampla; em especial, garantir a coexistência de espaços de moradia e de trabalho, tendo como exemplo as soluções empregadas por ocupações como a Manoel Congo para garantia da sustentabilidade financeira frente aos custos de viver no centro da cidade;
- Fortalecer o instrumento do termo Territorial Coletivo como forma de ampliar a segurança da posse e socializar o solo urbano;
- Reforçar a compreensão da política de “aluguel social” como política emergencial, temporária, que não garante o direito à moradia digna. Reajustar os valores do auxílio pagos mensalmente de forma a permitir o custeio da locação de moradias adequadas. Garantir a inclusão das famílias desabrigadas nesta política. Exigir a urgência da provisão habitacional para as famílias mantidas de forma temporária e precária nesta política;
- Destinação prioritária de imóveis públicos para a garantia do direito à moradia, especialmente de imóveis vazios, que não cumprem função social, localizados nas áreas centrais. Combate às iniciativas em nível federal, estadual e municipal de

destinação de imóveis públicos para a iniciativa privada;

- Mapear os imóveis vazios públicos na região central da cidade do Rio de Janeiro para subsidiar as ações dos movimentos de luta por moradia e suas pautas;
- Fortalecer os fundos públicos para políticas de habitação de interesse social e assegurar sua gestão democrática. No Estado do Rio de Janeiro, disputar a destinação dos recursos contidos e não aplicados pelo Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. No âmbito municipal, garantir as fontes de arrecadações do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (Outorga Onerosa do Direito de Construir, os recursos vindos do processo de privatização dos serviços municipais de água e esgoto e outros);
- Viabilizar a produção de laudos independentes para levantamento das situações de riscos nas ocupações, de forma a evitar que as informações produzidas sejam utilizadas para legitimar interdições e despejos forçados;
- Garantir o direito à assistência técnica, implantando as leis já existentes em nível federal e municipal. Em especial garantir este

direito às ocupações para elaboração de projetos que vislumbram sua permanência, fortalecendo a mobilização popular e mostrando a viabilidade das propostas;

- Promover nas ocupações atividades para fomentar a organização popular dos moradores e ampliar o acesso a serviços de assistência social, assim criando estratégias coletivas de proteção contra violências e opressões que possam ser praticadas como tráfico de drogas e milícias;
- Promover ações de educação popular e de sensibilização nas ocupações que tratem das questões de gênero e sexualidade, para que exista um efetivo acolhimento de pessoas LGBTQIA+ e de suas famílias (nas mais diversas composições), livre de preconceitos e violências;
- Reforçar as ocupações populares na região central como experiências de resistência popular pela permanência negra nesta área da cidade, cumprindo importante papel na preservação da memória negra;
- Reconhecer as ocupações mobilizadas por movimentos sociais na região central como experiências que vão para além de soluções emergenciais para moradia,

promovendo transformações e disputando a cidade de forma ampla. Dar visibilidade aos processos de formação política realizados nas ocupações, à construção de redes de solidariedade, de apoio mútuo e de cooperativismo;

- Realizar um levantamento das condições dos prédios ocupados no centro da cidade do Rio de Janeiro, identificando os principais riscos e inadequações, que sirvam de subsídio à formulação de um programa emergencial de melhorias;
- Fortalecer a construção coletiva e manter o apoio à Campanha Despejo Zero, ampliando a resistência à possível intensificação de ameaças e remoções, tendo em vista o fim da vigência da ADPF 828 em junho de 2022.



Evento: Cidades - Envelhecimento, Memórias e Cidadania das Pessoas Idosas

- Promover a conscientização de que a pessoa idosa é um(a) cidadã(o) que deve ser melhor acolhido(a) e cuidado(a) para que possa de forma autônoma e independente continuar contribuindo como protagonista com o desenvolvimento das cidades;
- Garantir às pessoas idosas nas cidades a devida Proteção Integral diante das diversas violências de que são alvo, especialmente as institucionais de caráter estatal. A proteção integral e social das pessoas idosas deve incentivar e viabilizar espaços públicos que concretizem a mobilização das suas populações na agregação e interação das pessoas idosas em exercício protagonista de participação intergeracional e autônoma de sua cidadania;
- Implementar políticas públicas aplicadas ao nível local nas municipalidades, privilegiadamente, cidades interioranas e de zonas rurais, de forma que assegurem às pessoas idosas oportunidades e facilidades para preservação da saúde física e mental, bem como seu constante aperfeiçoamento moral, intelectual e espiritual em plenas

condições de liberdade e dignidades sociais, políticas e culturais;

- Consolidar nas cidades o direito constitucional do exercício pleno das comunidades locais no controle social, das políticas públicas, através de Conselhos de Pessoas Idosas, democrática e participativamente a sua cidadania nas deliberações de suas decisões;
- Difundir e promover o respeito e valorização do Estatuto da Pessoa Idosa e demais instrumentos legais (Constituição Nacional, Estatuto das Pessoas Idosas, Política Nacional da Pessoa Idosa e Políticas Estaduais e Municipais de Pessoas Idosas) para reforçá-los como meios do exercício protagonista das pessoas idosas e demais gerações para a vida das cidades com cidadania;
- Revogação do Decreto nº 9893/2019, que interveio no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), destituindo seu legítimo Colegiado. Aprovação em caráter de urgência do PDL nº 454/2019, que resgata o legítimo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI). Ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos pelo Congresso Nacional;
- Apreciação e assinatura, pela

Conferência Popular pelo Direito à Cidade, do Manifesto de Denúncia e Conclamação ao Poder Legislativo Brasileiro e aos Defensores dos Direitos das Pessoas Idosas.

Evento: Rio de Janeiro: entre a militarização e a milicialização

- Organizar redes de monitoramento das violações de direitos humanos nos territórios populares;
- Fortalecer os movimentos sociais nos territórios populares;
- Fortalecer movimentos culturais e a disputa de narrativas em torno da guerra aos pobres (caçar bandidos, guerra as drogas, etc).

Evento: Contemporaneidade e Arte Ancestral na Cidade

- Implementar políticas públicas que viabilizem a reparação histórica e disseminem a cultura dos povos originários através deles mesmos em editais.



Evento: Conceitos Fundamentais sobre Cultura e Religiosidades Afro- Brasileiras como Direito

- Garantias de promoção de políticas e tratamento igualitário às distintas culturas;
- Promoção da transmissão do conhecimento de línguas africanas e seus elementos de resistência.

Evento: Cultura e Arte em Casas da Zona Oeste

- Promover o diálogo com e entre as comunidades da região;
- Garantia de financiamento para as atividades populares de cultura e arte.

Evento: Discutindo a Perversidade Cultural que há na Segregação Socioespacial

- Valorização do protagonismo das mulheres negras que fundaram projetos sociais na Zona Oeste.

Evento: Envelhecimento, Memórias e Cidadania das Pessoas Idosas

- Promover cidades democráticas na perspectiva de acolhimento e da proteção integral e social às pessoas idosas;
- Desenvolvimento das cidades na aplicação dos instrumentos legais.

Evento: Música e Criatividade: Quem tem Direito?

- Apoio à formação continuada em música criativa;
- Renovação curricular nos atuais cursos;
- Políticas públicas para produção da arte;
- Mais editais.

Evento: Capoeira, Direito à Cidade, à Cultura e Lazer

- Políticas públicas que valorizem a negritude como elemento central;
- Verbas e apoio para a criação de rodas em toda a cidade;
- Fortalecimento da capoeira no contexto escolar.

Evento: Cirandas de Reencontro e Cultura de Paz

- Políticas públicas que possibilitem ocupar espaços com práticas de cultura de paz, arte e combate à fome;
- Assistência às mulheres vítimas de violência doméstica.

Evento: Corpo, Cidade, Arte e Desobediência

- Políticas públicas que resgatem a noção da cidade como bem comum, que favoreçam o fomento da educação como prática de convívio coletivo e propiciem novos modelos de sala de aula.

Evento: Cultura do Acesso e Direito à Cidade

- Fortalecer instâncias de participação na elaboração, processo decisório e controle social das políticas de acessibilidade e fiscalização para cumprimento da legislação;
- Programas de Educação para a Cultura do Acesso;
- Planos e ações voltadas para a Acessibilidade Cultural, isto é, acessibilidade a equipamentos culturais;

- Política Cultural Acessível de base comunitária;
- Rotas Acessíveis Culturais entre equipamentos culturais e entre eles e pontos de acesso a meios de transporte individual e coletivo.

Evento: Conexão das Artes, Cultura e Sustentabilidade transformam a Cidade Lazer

- Políticas públicas que favoreçam a criação e o acesso a equipamentos culturais;
- Organização e financiamento de cursos de formação.

Evento: Da Zona Rural à Cidade - Pertencimento na Construção da Identidade

- Realização de encontros com vários segmentos da sociedade civil com vistas a lutar de forma organizada em prol de políticas públicas efetivas.

Evento: Direito de Acesso da População aos Equipamentos Culturais da Cidade

- Políticas públicas que viabilizem o mapeamento de locais potenciais para construção/recuperação de

edifícios abandonados, transformando-os em equipamentos culturais.

Evento: Educação Popular como Instrumento de Mobilização e Luta pelo Direito à Cidade

- Promover políticas públicas que desenvolvam uma educação popular ampla;
- Descolonização da educação;
- Valorização da carreira docente para melhoria qualidade da escola pública.

Evento: Esporte, Formação Olímpica e Cidadania

- Ocupação de praças e quadras em comunidades com esporte e cursos de formação continuada;
- Incentivo ao esporte estudantil, encontros e campeonatos populares.



Evento: Folia e Saúde Mental

- Implementar políticas públicas que assegurem tratamento integral para pacientes da saúde mental;
- Viabilização e acesso das terapias integrativas no SUS;
- Fomento e acolhimento para a cidadania.

Evento: Mídias Criativas e Inclusão nas Cidades

- Investimento público em produção audiovisual nas escolas;
- Prover às pessoas excluídas por situações socioeconômicas o acesso à comunicação.



Evento: O Direito ao Bem Estar Coletivo / O Eu e o Tu, o Sentido da Vida e a Sociedade do Cansaço

- Recursos para efetivar a Política de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS).

Evento: O Direito ao Toque de Amor em Bebês e Crianças com a SHANTALA nas Famílias, Creches e Escolas

- Políticas de financiamento públicos a fim de profissionalizar pessoas em Shantala.
- Promoção de Shantala em centros comunitários e em diversos espaços da cidade.

Evento: Quem Faz a UFRJ Viva Somos Nós! O sucateamento da educação pública e o VIVA UFRJ!

- Políticas públicas que defendam os espaços públicos das instituições públicas e que sejam preservadas para a população.

Evento: Quem Tem Direito à Criatividade em Dança na Cidade?

- Leis de incentivo à cultura e políticas públicas de financiamento para criação e realização de atividades formativas gratuitas.

Evento: Saberes e Fazeres: Meio Ambiente, História, Cultura e Memória na Zona Oeste

- Políticas públicas que incentivem a sistematização da Educação Patrimonial na rede municipal.

Evento: Taichi e o Direito à Fruição de Áreas Verdes na Cidade

- Políticas integradas ao meio ambiente, população, prevenção, saúde, bem estar, harmonia;
- Promover políticas e educação que favoreçam sair da lógica da medicação.

Evento: Yoga Inclusiva e Teatro para Todos na Cidade

- Políticas públicas que promovam o teatro ligado ao cuidado, assim como o teatro e o yoga com a população

através de cursos de formação para toda a cidade.

Evento: Zona Oeste do RJ: Memórias e Histórias de Territórios Segregados

- Políticas públicas para promover segurança, não o confronto e a morte - necropolítica;
- Garantir a mobilidade urbana;
- Garantir a educação integral;
- Regularização fundiária.

Evento: Lazer e Cultura nos Espaços Urbanos

- Políticas públicas que estimulem a participação do cidadão comum nas decisões da cidade;
- Ampliação do acesso aos transportes.

Eventos: Terapia Comunitária Integrativa

- Oferta da Terapia Comunitária Integrativa como política pública;
- Financiamento público para a formação de terapeutas comunitários.

Evento: Território e Territorialidades dos Povos de Matrizes Africanas na Cidade

- Criação do Balcão de Serviços para os Povos de Matriz Africana;
- Discussão e criação do Fundo dos Povos de Matriz Africana;
- Inserção das unidades de terreiros nas escolas.

Evento: Yogaterapia, Música Orgânica e Shamânica: Cultivo da Paz na Cidade

- Políticas de fomento à musicoterapia, tida como uma das práticas integrativas do SUS;
- Implementação da yogaterapia em todas as clínicas de família do SUS.

Evento: Judô, Cultura de Paz e Direito à Cidade

- Políticas públicas que promovam o ensino do judô e seus fundamentos para todos;
- Oferta do judô em diferentes espaços em uma perspectiva de autoeducação e integração social.

Evento: Circo Social, Música e Cultura

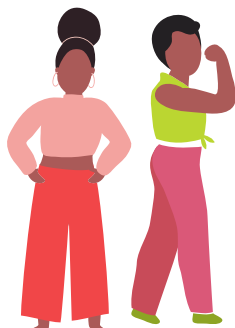
- Políticas públicas que proporcionem a formação e os espetáculos de circo nas cidades;
- Integração das práticas circenses nos currículos escolares e em instituições de saúde e assistência.

Evento: Alimentação a Serviço da Saúde – Salutogênese

- Políticas públicas que promovam cursos de formação e pesquisa em alimentação saudável nas escolas, centros de saúde e outros espaços;
- Produção de alimentação orgânica em hortas urbanas.

Evento: Arte e Ecologia na Educação Ambiental

- Políticas públicas que integrem produções artísticas à natureza, com sustentabilidade e preservação ambiental.



Evento: Considerações sobre a Formação e Atuação de Etnoeducadores na (Univer)Cidade

- Políticas públicas que assegurem a formação de etnoeducadores de qualidade, fortaleçam as cotas raciais e promovam ensino de história e cultura afrobrasileiras e indígenas nas escolas.

Evento: Políticas Culturais e Direito aos Territórios

- Realizar a demarcação das terras indígenas;
- Promover a titulação dos territórios quilombolas;
- Implementar políticas de cultura, habitação, saúde, educação, transporte, de direito à moradia e para garantir o acesso, a mobilidade e o deslocamento à escola;
- Reconhecimento de pretos, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ como fazedores de Cultura;
- Implantar políticas de direitos humanos e cidadania cultural, de combate ao racismo estrutural, contra a censura, perseguição, discriminação e violência e acolhimento às pessoas que sofreram tortura nesse país.

- Reconhecer, apoiar e incorporar os saberes dos povos originários, à medicina tradicional e às práticas de cura indígena ao Sistema Único de Saúde – SUS, sendo os métodos nativos cientificamente aprovados pelas autoridades sanitárias;
- Criar um Programa de Ocupação de Espaços Ociosos nas cidades do estado do Rio, principalmente nas localidades e territórios que não dispõem de equipamentos culturais;
- Mapear os terrenos e prédios ociosos nos territórios e criar um edital de ocupação e apoio a espaços artístico-culturais alternativos ou multiuso a serem geridos por agentes, coletivos ou grupos culturais; (Meta retirada do Plano Municipal do Rio);
- Fomentar a cultura nos diferentes espaços urbanos - logradouros, praças, parques, favelas, quilombos, sítios históricos e arqueológicos, apresentações nos transportes públicos, barcas, trens, metrô - fortalecendo a infraestrutura e a oferta cultural em toda a Cidade (Diretriz retirada da Minuta do Plano Municipal de Cultura - RJ de 2020);
- Estabelecer parcerias visando promover ações e editais que garantam os direitos dos artistas de rua, conforme a Lei Municipal nº 5.429, de 5 de junho de 2012, assim

como diálogos com órgãos afins dos municípios e estados, visando também incentivar manifestações artísticas e culturais nos transportes públicos das diversas modalidades;

- Estabelecer diálogo com os órgãos municipais, consórcios intermodais, de outras esferas afins visando a desenvolver estratégias de acessibilidade e mobilidade dos cidadãos aos equipamentos culturais que não possuem transportes públicos nas proximidades ou que apresentam limitações nesse setor. (Diretriz retirada da Minuta do PMC-RJ de 2020);
- Retomar o Programa Territórios da Cidadania, implementado em 2008, voltado para o desenvolvimento econômico, e universalizar os programas básicos de cidadania de territórios rurais com menor IDH, junto a agricultores familiares, assentamentos de Reforma Agrária, populações indígenas, quilombolas, cigano(a)s;

- Retomar o Programa Territórios da Paz (Edital Mais Cultura, definido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, implementado numa parceria do Ministério da Justiça com o Ministério da Cultura, para apoiar o desenvolvimento de práticas e ações artístico-culturais voltadas para a prevenção da violência e a promoção da cultura de paz.

Conferência Popular Estadual pelo Direito à Cidade Rio de Janeiro

Além de acolher e aprovar todas as propostas dos eventos preparatórios, a Conferência Popular Estadual pelo Direito à Cidade – Rio de Janeiro, também aprovou as propostas seguintes:

- Criação de fundo de defesa da saúde das águas dos rios e mares nacionais, em especial às que se encontram nas margens de territórios periféricos, oferecendo contrapartidas para o desenvolvimento territorial, com geração de renda e asseguramento da identidade e memória local;
- Monitoramento dos processos de despoluição dos rios urbanos;
- Priorização do debate e enfrentamento ao racismo ambiental.



Rio de Janeiro

Conferência Popular pelo Direito à Cidade



<https://www.confpopdireitoacidade-rio.org/>

